



Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – COMPHAC – Em 12 de julho de 2016.

Aos **doze dias do mês de julho de dois mil e dezesseis**, às treze horas e quarenta e cinco minutos, em segunda convocação, reuniram-se no Auditório Elmano Ferreira Veloso, localizado na sede da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, sito à Av. Olivo Gomes, nº 100, Bairro Santana, São José dos Campos, com acesso pelo Parque da Cidade, o **Sr. Alcemir Palma**, Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural - COMPHAC, os demais Conselheiros, conforme lista de presença, **Sra. Priscila Cristina Custódio Vidal Milioni**, **Arq. Robson Bernardo** - representante da Diretoria da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, **Arq. Gilberto Alves da Cunha** – representante da Secretaria de Planejamento Urbano – SPU, **Arq. Lucas Mendes** – representante da Secretaria de Obras, **Dra. Claudia Maria de Almeida** – representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, **Diacono Marcos Reis de Faria** – representante da Mitra Diocesana, **Sra. Raquel Borges Machado** – representante do Escritório Regional de Planejamento do Estado de São Paulo – ERPLAN, **Arq. Andrea Hitomi Enomoto** – representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São José dos Campos, **Prof. Antônio Carlos Machado Guimarães** – representante da Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, **Sr. Eduardo Martins Gomes** – representante da Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos – ACI, **Historiador Edo Paiotti** – representante do Instituto de Estudos Valeparaibanos, **Dr. Maurilio Calvo Filho** – representante do Clube Joseense e Amigos, para deliberação conforme pauta: 1) Aprovação da Ata. 2) Conhecer, analisar e deliberar o projeto Novo Camelódromo a ser construído em uma das vias da Praça João Mendes (Praça do Sapo (PI-00704/SG/2016). 3) Conhecer, analisar e deliberar sobre a proposta de comunicação visual para divulgação da Orquestra Bachiana Filarmônica SESI São Paulo, no Parque da Cidade. 4) Analisar a justificativa sobre intervenções irregulares na área da Residência Carlos Millan, no Complexo da Tecelagem Parahyba. 5) Informes Gerais. O Presidente agradeceu a presença de todos, dizendo que era uma reunião excepcional porque normalmente no mês de julho não há reunião do Comphac, justificando que no mês de junho todos estavam envolvidos com o Cine Teatro Benedito Alves da Silva e por esse motivo não houve reunião. Prosseguindo, passou ao **primeiro item de pauta**, ou seja, aprovação da Ata o qual indagou se todos tinham recebido a ata e se havia algo a sugerir, ou questões referentes à ata, como não houve manifestação, a última ata do Comphac foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo, passou ao **segundo item de pauta** e passou a palavra ao Sr. Rodnei representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico para fazer as justificativas sobre o projeto do camelódromo, praça João Mendes (Praça do Sapo), que envolve questão jurídica e também por ser uma Praça preservada, ocasião em que o Sr. Rodnei se apresentou dizendo da necessidade e da pressa sobre a construção do camelódromo, explicando que havia duas ações civis na justiça, sendo uma sobre a reintegração de posse, explicando que na gestão anterior, bem perto da entrada do estacionamento e do Shopping foi colocado o camelódromo e que a área é particular e os proprietários entraram na justiça para a reintegração de posse e que isso vem se arrastando ao longo do tempo. A outra ação civil seria do Defensor Público Dr. Jairo Salvador que pede melhores condições em relação à instalação do camelódromo, explicando que, onde hoje está localizado, não há circulação de pessoas e que isso não garante o mínimo de sustento às pessoas que ali trabalham e que não conseguem nem o dinheiro do passe do ônibus. Continuando, disse que já existe parecer favorável do Juiz dando reintegração de posse do terreno aos antigos proprietários e que até o final do ano o poder público terá que devolver a área. Em conjunto com isso e também o pedido do Defensor Público para melhores condições de trabalho é que os ambulantes têm direito de retornar à Praça, o projeto elaborado foi exibido em plenário, frisando que foram propostos vários outros

1/5



locais para a instalação do novo camelódromo, disse também da colocação de imagens antigas, como imagens da própria praça, na parte de trás do boxe pra evitar pichação, mas que todos os locais apresentados para os ambulantes foram rejeitados, fez a exibição em tela, explicou que o projeto, ora apresentado, atenderia ao pedido dos ambulantes que permaneceriam na Praça e a Defensoria, frisando que, para manutenção da ordem, os ambulantes acessarão os boxes através da assinatura de um termo de responsabilidade e que dessa forma consegue mais ordem entre eles e a praça, dizendo ainda que foi tomado todo o cuidado para que os ambulantes não invadam os limites da praça, fez todas as explicações, ocasião em que o Presidente indagou quantos boxes comporiam o espaço e o Sr. Rodnei disse que seriam quarenta boxes, sendo 28(vinte e oito) de um lado da rua e 12(doze) do outro lado, encostado na parede da loja da esquina. Prosseguindo, passou a palavra ao Sr. Gilmar, parte técnica da Urbam, para falar sobre o método construtivo, ocasião em que este disse que os boxes terão estrutura metálica leve revestida com placa cimentícia, pintadas, frisando ser um material bom e de fácil remoção caso precise, com construção rápida, entre 60(sessenta) e 90(noventa) dias e com baixo custo, ao estilo do que já está implantado na Rodoviária Velha, dizendo que a única diferença é que esta solução fica protegida pelo telhado da Rodoviária e que na proposta não há proteção de uma grande cobertura. Prosseguindo e abrindo considerações aos presentes, o Arquiteto Gilberto, representante da Secretaria de Planejamento Urbano relatou sua experiência nas conversações sobre o assunto desde a gestão anterior, dizendo que era do conhecimento geral, que a área onde foi implantado o camelódromo atual era particular, que a Praça era preservada e que havia uma série de questões a resolver, fez menção ao Comphac dizendo que este importou sim para a cidade, trabalhou na recuperação, criação e preservação de bens patrimoniais e culturais, frisando a importância do Comphac, dizendo que quando há mudança de gestão, nunca se sabe se o que foi feito permanece ou não, dizendo ainda que como técnico não caberia dizer, entre outras coisas o porquê da não compra da área particular, exibiu e leu trechos da carta de Veneza, que versam sobre os bens paisagísticos, ressaltando que a definição de praça não é dos canteiros para dentro e sim de todo o seu entorno, ressaltando que a Praça João Mendes tem uma representatividade histórica, e que quando de sua restauração, foram tomados todos os cuidados na retirada de elementos que prejudicavam o entendimento da praça como um todo e isso foi explicado para os ambulantes da praça à época. Ressaltou que lá existem árvores frondosas de 1940 e que fazem parte do paisagismo da praça preservada e que o novo projeto do camelódromo, prevê que a parede de fundo dos boxes ficará encostada nessas árvores, frisando que no seu entender, “a praça é pública” e não entendia como pode ser colocado um paredão na praça, privando a circulação das pessoas, disse ainda ter respeitado sempre os trabalhos técnicos dos colegas da administração pública e que defendia o patrimônio público. Prosseguindo e com a palavra o Conselheiro Edo Paiotti, representante do IEB – Instituto de Estudos Valeparaibano que comentou sobre 06(seis) barraquinhas na Av. Francisco José Longo, dizendo que não entendia qual era o critério da fiscalização, porque não há garantias de que com o tempo, o número de ambulantes não cresça e intervenha na paisagem urbana, disse ainda que a praça é pública e que o camelô é um problema social sim, mas que deve ser resolvido e que não seria a volta deles à praça, a solução, principalmente, colocando-se um paredão, ou seja privando a população de um ambiente agradável à circulação, comentou que a praça já sofre a intervenção diária das filas do restaurante “Bom Prato” e que já foi difícil quando precisou retirar e que agora voltariam os ambulantes à praça, ou seja, deixaria um “pepino” para os outros resolverem. Defendeu a continuidade do traçado original do projeto de restauração da praça, deu razão às considerações do Arquiteto Gilberto que com a palavra disse ser procedimento jurídico também o impedimento para a construção dentro de uma área verde. O Sr. Rodnei disse que como Prefeitura, sabia que não era a melhor situação e fez lembrar o que havia dito no início da reunião, quando falou de outros locais passíveis de instalação do novo camelódromo, mas que não chegaram a ter projetos desenvolvidos. O Arquiteto Robson – DPH disse que o projeto chegou na FCCR em meados do ano passado quando

2/5



foi elaborado um parecer que destacava que o projeto de restauro da praça foi aprovado pelo Comphac em 18/03/2008 e os objetivos do pleito foram para a recuperação e restauro da praça o mais próximo possível da sua originalidade, com foto de 1939 onde já se via a praça circundada por um quadrilátero de vias públicas e frisando que a instalação de um camelódromo em uma de suas vias, desfiguraria toda a praça e se posicionou contrário ao projeto ora apresentado, do centro de comércio popular, ao Comphac. Com a palavra, a Sra. Priscila disse que após os encaminhamentos do GPH, informou o responsável pelo projeto do ocorrido, dizendo que o GPH estava aberta para o diálogo, porém que não houve retorno, que com certeza, a equipe responsável pelo projeto estava tentando achar a melhor solução. Sugeriu então que fossem levadas as indicações da reunião do dia 08/07/2016 à SDE e aguardasse um pouco mais para decisão final. Em seguida passou a palavra ao Conselheiro Maurílio, representante do Clube de Joseenses e Amigos que frisou que ali não era lugar para colocar o camelódromo, porque cerceia o cidadão de andar livremente pela praça, comentando também sobre a colocação dos quiosques na orla do Banhado, frisando que em 1910 a orla do banhado era cheia de casas e a Prefeitura desapropriou para dar visibilidade ao banhado e agora com a construção dos quiosques, cerceia a visibilidade dos munícipes, dizendo também, que a construção de doze boxes na parede do prédio de esquina da praça, cerceia o direito do proprietário de, em se querendo, abrir um acesso à praça do seu negócio naquele local, frisando que acha um absurdo se aprovar um projeto nesse molde. A Sra. Priscila indagou se havia mais alguma consideração a ser feita, porém não houve manifestação, e continuando reiterou com o Sr. Rodnei a sugestão de levar as indicações da reunião do Comphac à SDE para reavaliação, frisando ser intenção de todos em resolver a questão, e que é um assunto difícil. Sugeriu ainda convidar o Defensor Público Sr. Jairo Salvador para participar de uma reunião para conversar sobre esses pontos, frisando que o Dr. Jairo é uma pessoa sensível à preservação do patrimônio histórico, e que já esteve em outras ocasiões na defesa de bens patrimoniais, frisando que este entende o funcionamento do Comphac. Ressaltou que foi sim uma luta grande para retirar os ambulantes, quando foi para restaurar a praça, mas que o Conselho era soberano. O Conselheiro Edo Paiotti disse que seria bom submeter à votação, para perceber o que os demais pensavam a respeito, se todos pensavam da mesma forma ou não, ocasião em que colocado para votação, o projeto do novo camelódromo a ser construído em uma das vias da praça preservada foi rejeitado por unanimidade. Com a palavra, o Sr. Rodnei agradeceu pelo tempo dispensado dos Conselheiros, frisando que de forma alguma a equipe se fez desconhecer da lei, tanto é, que assumiu a área junto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e percebeu que o projeto não havia passado pelo Comphac e foi decidido trazer ao conhecimento, ocasião em que a Sra. Priscila agradeceu a presença do Sr. Rodnei e dos demais técnicos presentes. Prosseguindo, passou ao **terceiro item da pauta**, ou seja, a proposta da comunicação visual para divulgação da Orquestra Bachiana Filarmônica SESI, ocasião em que o Arquiteto Robson disse que havia recebido a demanda da Secretaria do Meio Ambiente, para apresentação dessa Orquestra, por ocasião das festividades do aniversário da cidade, dizendo que criaram alguns banners em alguns lugares de divulgação, disse que o banner será confeccionado em lona e preso por presilhas tipo “unha de gato” na grade da Casa Olivo Gomes e em outros lugares por cavaletes e a Casa, por ser um bem preservado, acharam por bem trazer ao conhecimento do Comphac, ocasião em que a Sra. Priscila disse que é a Orquestrada do Maestro João Carlos Martins e que o banner estaria colocado no dia anterior à apresentação, o layout foi exibido em multimídia e após analisada a proposta, esta foi aprovada por unanimidade, tendo em vista que o parecer técnico não encontrou óbice à colocação do banner, mesmo porque é removível. O Presidente alertou que o logo não pode ser o logo governo, devido ao período eleitoral. O Conselheiro Lucas, representante da Secretaria de Obras fez observação, disse que em recente visita, notou que a Casa Olivo Gomes recém restaurada não contava com a presença de ninguém tomando conta da casa, frisando que havia crianças que chegavam a riscar o chão e algumas paredes da mesma. A Sra. Priscila registrou a sugestão e agradeceu. Prosseguindo para o **quarto item** sobre intervenções

3/5



irregulares na área da Residência Carlos Millan, onde atualmente funciona o Instituto José Mira, ocasião em que o Arquiteto Robson falou sobre a intervenção, dizendo que em março desse ano a FCCR recebeu denúncia de execução de uma construção em área preservada da Tecelagem Parahyba, explicando que a irregularidade se deve à inobservância da lei de preservação que estipula que toda construção em área preservada deva ser de conhecimento e aprovação do Comphac, e no caso, a construção de um muro de fundo da residência que dá para a Av. Olivo Gomes. A residência em questão é preservada e está em área de preservação, o projeto é do Arquiteto Carlos Millan, e foi inscrito no Concurso de Estudantes da I Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo. A Sra. Priscila disse que contatou o Instituto e eles trouxeram as justificativas, por escrito, ocasião em que a Sra. Priscila fez a leitura da justificativa e também exibiu em multimídia, constava que a construção do muro, foi ocasionada por uma questão de segurança, tendo em vista que o local, só este ano, sofreu quatro invasões e que em uma delas, danificaram o muro da garagem e entraram na casa, roubando objetos e que graças à ação da polícia, os indivíduos foram recapturados e estão presos, frisou que para funcionar como Casa de Cultura, também afixou gravuras artísticas alusivas ao Instituto Zé Mira no topo do muro, foram também exibidos os Boletins de Ocorrência. Em multimídia, também exibiu como era antes da construção do muro, ou seja, com alambrado, lembrando que o ofício de justificativa foi protocolado em 17 de junho de 2016, ocasião em que a Sra. Priscila comentou que no local aconteciam atividades artísticas como Roda de Viola, Oficinas Culturais, entre outras. Com a palavra, o Dr. Luciano Mira quis deixar claro que a construção do muro não teve objetivo de prejudicar o patrimônio histórico, foi em função de custo/benefício, frisando que muitos falaram em colocação de gradil, mas que os recursos para manutenção oriundos da venda de “bolinho por bolinho” para consertar forro, pagar água e luz não era uma tarefa fácil, pois é a família, os filhos do Zé Mira que mantém a Casa e que atualmente, graças ao trabalho de Zé Mira, receberam prêmio cultural. Disse que não tinha conhecimento da necessidade de submeter o projeto ao Comphac, frisando que só tinha guardado com ele, um ofício do ano de 2004, assinado pelo Diretor Presidente, na época, o Sr. Edmundo de Carvalho, o qual dizia que a residência era protegida, disse que veio a saber da necessidade de aprovação prévia por parte do Comphac, com a Diretora Priscila, frisou que, em outro tempo, veio até à FCCR procurar tijolos e telhas usadas na residência e não foi atendido. Aproveitou o momento para pedir ao Comphac autorização para trocar a telha. Disse que é criticado por construir o muro, mas que veio à FCCR em busca de tijolo e telhas e que não obteve êxito, ocasião em que disse que assim que tiver verba vai tentar colocar gradil entre o muro. O Conselheiro Gilberto disse que já não se reconhece mais a casa e indagou se havia alguma documentação sobre as intervenções já sofridas pelo imóvel. A Sra. Priscila disse que o Comphac tem obrigação de dar todo o suporte. O Conselheiro Lucas registrou que o custo para manter os prédios públicos preservados e ou tombado é mais dispendioso mesmo, ocasião em que o Dr. Luciano concordou com a colocação, baseado em sua experiência no restauro da Igreja de Jambeiro, mas que isso não o impede de cuidar e preservar. O Presidente indagou se houve alteração interna, ocasião em que o Dr. Luciano disse que quando ocupou a casa achou no forro plantas com indicativos de mudanças de paredes. O Dr. Luciano também disse que foi à Prefeitura para ver problemas de IPTU e que também não o informaram sobre a questão de isenção do imposto para bens preservados, ocasião em que o Arquiteto Robson disse que bens preservados são isentos de IPTU, que já existe uma lei sobre o assunto e que existem outros bens preservados que não pagam IPTU, ocasião em que a Sra. Priscila disse que vai pesquisar sobre o assunto e indagou aos presentes sobre o encaminhamento da matéria e que ficou deliberado, por unanimidade, que assim que o Dr. Luciano tiver verba e material que refaça o muro dos fundos de maneira apropriada, conforme o projeto original. O Conselheiro Gilberto sugeriu e todos concordaram que o Dr. Luciano disponibilize ao Comphac todo o material referente à casa, como a planta original, bem como demais materiais para que fique documentado no Comphac e dessa forma se possa orientar intervenções de maneira a não perder a originalidade do projeto. Continuando com o [quinto item](#) de

4/5



**Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico,  
Paisagístico e Cultural - COMPAC - Mandato 14/09/2013 à 13/09/2016**

pauta, a Sra. Priscila leu e exibiu ofício da Câmara Municipal em que diz que os representantes da Câmara, Titulares e Suplentes se descompatibilizaram do Conselho, em virtude do período eleitoral e por isso não estavam presentes a Vereadora Juliana Fraga e o Vereador Carlinhos Tiaca. Disse também que em outro ofício recebido da Câmara, parabeniza-se o restauro do Cine Teatro Benedito Alves da Silva. Outro informe é de supressão de uma paineira que se encontra condenada em área perto do viaduto na avenida Olivo Gomes no Parque da Cidade. A Sra. Priscila falou da cerimônia de entrega do Cine Teatro Benedito Alves da Silva, dizendo que o bem preservado ficou muito bonito e que São José dos Campos ganhou um prédio restaurado para realizar mais atividades artísticas, parabenizando e agradecendo ao Comphac. Sobre a indagação, feita em plenário, sobre a colocação de corrimão no acesso aos camarins e palco no Cine. O arquiteto Robson disse que o projeto de combate a incêndios aprovado pelos Bombeiros já prevê a colocação desses elementos nas escadas, inclusive nas que dão acesso ao pullman. A Sra. Priscila disse que já havia data para a entrega das obras da Estação de Eugênio de Melo, ou seja, 21 de agosto, sábado. O Conselheiro Gilberto comentou que, também corroborado pelo Conselheiro Lucas, sobre a colocação irregular de luminárias no pavilhão do Gaivotas, ocasião em que o Arquiteto Robson disse soube do ocorrido, porém não houve tempo hábil para fazer relatório, mas agradeceu ao conselheiro Lucas que enviou fotos do local. Finalizando a reunião o Presidente, bem como a Sra. Priscila indagaram se havia algo mais a registrar, como não houve, encerrou a reunião e, eu, Priscila Vidal, lavrei a presente.

Alcemir Palma  
Presidente do COMPAC

Priscila Vidal  
Secretária do COMPAC